

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PARAÍBA: A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

As análises sobre o processo de criação de escolas profissionalizantes passam obrigatoriamente pelas funções exercidas pelo Estado no que tange a hegemonia e coerção, bem como sua relação com as classes dominantes. Diferentes tipos de escolas são criados de acordo como os interesses de determinados grupos sociais que buscam perpetuar diferenças e "vocações". Segundo a concepção tradicional do Estado "educador" a escola profissionalizante destina-se às classes trabalhadoras e nesta linha, encontra-se a criação da Escola de Aprendizes e Artífices⁷⁵.

Durante a Primeira República, o Estado caracterizou-se por sua natureza oligárquica e produto da reiteração da chamada "vocação agrícola" da economia brasileira. Francisco de Oliveira afirma que o Estado Oligárquico

"...apoiando-se, para a realização de suas receitas e de suas despesas, nos mecanismos de produção do valor de agroexportação, perde a autonomia de um ente separado das classes sociais dominantes. Torna-se incapaz de opor à reiteração agroexportadora os interesses das outras classes sociais" (1977, p. 35).

Isso não impediu que o Estado adotasse medidas de intervenção econômica, embora eventuais, no sentido de atender aos interesses da nascente burguesia, quer através de uma legislação de incentivos e medidas protecionistas, quer na formação e capacitação de força de trabalho através de programas e instituições, tendo em vista a demanda da indústria ou controle disciplinar de parte da população.

⁷⁵ Professora de História do Brasil da UFPB, Mestre em História pela UFPE e Doutora em História pela (USP).

A partir do prisma gramsciano a política educacional adotada no Brasil, durante a Primeira República, adquire transparência e visibilidade. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.; MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. São Paulo: Ática, 1988. Série Principios.

Até 1909, data de criação da Escola de Aprendizes Artífices⁷⁶, a Paraíba possuía apenas cerca de 88 estabelecimentos industriais, chegando em 1920 a 251, enquanto que para o Estado vizinho, Pernambuco, os números eram bem mais elevados, 178 e 442 estabelecimentos industriais, respectivamente. Não resta dúvida que a primeira década de funcionamento da EAA coincide com uma expansão significativa na quantidade de estabelecimentos surgidos na Paraíba. Contudo, são ainda pequenas unidades de produção, com uma média de 12 operários por estabelecimento. Para Pernambuco essa média era de 36.

Apesar do incipiente desenvolvimento industrial do Estado da Paraíba, ou talvez por isso mesmo, foi criada a EAA como uma escola primária profissionalizante, por iniciativa do governo federal. Não havia pressão para uma organização racional do mercado de trabalho com a capacitação da mão-de-obra, portanto, a intervenção estatal antecipava-se. Duas hipóteses se colocam: como investimento contando com os possíveis efeitos das instituições educacionais no processo de desenvolvimento econômico ou como forma de controle e ocupação do segmento infanto-juvenil das camadas mais pobres da população.

EXPERIÊNCIA ANTERIOR: O COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES

Desde a segunda metade do século XIX que o Estado vinha demonstrando a preocupação com a formação profissional dos segmentos mais pobres da sociedade, através da implantação de estabelecimentos educacionais tipo “Colégio de Educandos Artífices e Liceu de Artes e Ofícios”. Anteriores a essas iniciativas, na primeira metade daquele século, surgiram as “Companhias de Aprendizes da Marinha, dos Arsenais de Guerra e Colônias Orfanológicas”, que segundo Hardman

⁷⁶ Passaremos a utilizar a sigla EAA ao nos referirmos a Escola de Aprendizes e Artífices.

"...essas instituições construíram um dos ensaios mais importantes, no século XIX, para produzir um contingente de proletários modernos, adestrados nos ofícios mecânicos e nas artes marciais, prontos para entrar no inferno da fábrica ou da guerra, como soldado da pátria ou, conforme as necessidades, do exército industrial de reserva" (1986, p. 18).

Na Paraíba, foi criado o "Colégio de Educandos Artífices" por lei de 1859 e só instalado em 1866, por impossibilidade financeira da província. Pelo Regulamento tinha "*...por fim recolher, educar e instruir os meninos pobres e desvalidos da Província*", ou mais especificamente, "*os órfãos, filhos naturais de mulheres desvalidas ou de pais sem condições*" e, ainda, crianças vadias recolhidas ao Colégio por ordem do juiz, independente da vontade dos pais (Britto: 1865, p. 33). A idade para admissão no Colégio era de sete a quatorze anos.

Competia ao Colégio alimentar, vestir, dar atendimento médico, ensinar a ler e escrever, contar, além de noções de gramática nacional, educação moral e religiosa, música vocal e instrumental e um ofício mecânico. As oficinas indicadas para instalação eram as de alfaiate, sapateiro, ferreiro, marceneiro, serralheiro e tanoeiro. Sendo que na Paraíba só foram instaladas as duas primeiras.

A manutenção do estabelecimento efetivava-se através de recursos provenientes de subvenção do cofre provincial, do rendimento das oficinas e donativos de particulares. A contribuição financeira do aluno, através do rendimento das oficinas, se estendia além do período do curso, pois ao seu término ele era obrigado a trabalhar por mais três anos nas oficinas do Colégio recebendo apenas um terço do valor de sua produção, que lhe seria entregue ao final desse período complementar. Caso o aluno pudesse, pagaria uma quantia equivalente à produção dos três anos e estaria liberado, opção esta, praticamente fora de cogitação dada as condições sócio-financeiras do alunado.

Após oito anos de funcionamento, este Colégio foi extinto pelo Presidente da Província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, sob a justificativa da grande despesa que representava para os cofres públicos, sendo alguns alunos transferidos para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, na época em funcionamento na capital. Esta Companhia, como as dos Arsenais de Guerra, só admitia para alunos "*os expostos, os órfãos indigentes e os filhos de pais nimicamente pobres*"⁷⁷.

Segundo Hardman essas primeiras iniciativas de capacitação de mão-de-obra já demonstram que

"...o capital desde cedo tentava esboçar um sistema de formação profissional, preparando o trabalho dos menores aos requisitos da produção artesanal e fabril" (1982, p. 168).

Já Margareth Rago enfatiza outro aspecto da questão ao afirmar que

"...a preocupação policial de luta contra a vagabundagem e a pequena criminalidade urbana esteve na origem da criação de instituições de seqüestro da infância, antes mesmo da preocupação econômica de formação de novos trabalhadores para a indústria" (1985, p. 112).

No contexto paraibano do século XIX, parece-nos que o caráter assistencialista e ao mesmo tempo policialesco predominou sobre o de formação técnica de mão-de-obra por exigência do capital. Com as mudanças ocorridas entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o discurso explicativo para estas instituições muda do caráter assistencialista para o de formação técnica. Mais uma vez a especificidade da Paraíba nos leva a crer que o objetivo, senão o maior, mas o imediato, é o assistencialista e disciplinar.

A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES

⁷⁷ Outros dados sobre o funcionamento do Colégio de Educandos Artífices encontram-se em MELLO, José Baptista de. *Evolução do Ensino na Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Imp. Oficial, 1956, p. 46 e segs. e FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: s.e, 1962, p. 87 e segs.

Em 1910, encontram-se instaladas e em funcionamento Escolas de Aprendizes e Artífices nos Estados do Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul. O governo federal, responsável pela iniciativa, visava a implantação dessas escolas em todas as capitais⁷⁸.

O Presidente da República, Nilo Peçanha, em 1909, refere-se a esse empreendimento nos seguintes termos:

"Não menos útil serão à população infantil das cidades as escolas de artífices, que satisfazem uma necessidade de ordem econômica e social, preparando núcleos de operários válidos, inteligentes e ao mesmo tempo sofrendo a tendência para o emprego público, para as profissões liberais, que declinam sensivelmente ao embate de uma concorrência desesperada prejudicando actividades que seriam mais proveitosas em outras aplicações (1978, p. 729)

A EAA da Paraíba foi instalada a 05 de janeiro de 1910, tendo suas atividades iniciadas no mês seguinte com oficinas de alfaiataria, marcenaria, sapataria, serralharia e encadernação, além das aulas do curso primário e de desenho. Instalou-se na capital do Estado em uma das alas do Batalhão Policial, localizado na Praça Aristides Lobo, passando para prédio próprio em 1929, situado na Rua das Trincheiras.

Segundo consta no Almanach da Paraíba, o material inicial para a montagem da Escola como "*mapas, globo geográfico, contador, pranchetas de desenho, bancas de professor e 53 carteiras duplas*" eram de procedência norte-americana, e ainda que

"...as oficinas de alfaiataria, marcenaria, sapataria e encadernação têm os utensílios indispensáveis ao seu regular funcionamento, notando-se que a última tem 5 máquinas para pautação, picotagem,

⁷⁸ As Escolas de Aprendizes e Artífices, origem das atuais Escolas Técnicas Federais, foram instituídas e mantidas pelo governo federal. Seus decretos de criação e regulamentação foram o N° 7.366, de 23.09.1909, e N° 7.763, de 23.12.1909, respectivamente. Cf. LEITE, José Jerônimo. *Sinopse Histórica da ETFPB: 1909-1979*. João Pessoa: ETFPB, 1979, p. 3.

prensagem e corte de papel e papelão; a serralharia já tem diversos utensílios como tornos, máquinas de furar, folles, forjas portáteis, bigornas, tarrachas, etc., mas se ressentem ainda de outras máquinas para seu perfeito funcionamento" (1911, p. 674-5).

Não há referência quanto a procedência das máquinas adquiridas para as oficinas.

A clientela da EAA era composta por meninos de 12 a 16 anos, para a admissão. Na matrícula era exigido atestado médico informando que o pretendente não possuía moléstias contagiosas nem defeitos físicos, "*que o inibam de aprender o ofício que escolher*" (Almanach: 1914, p. 92), além de atestado de duas pessoas comprovando a idade do candidato e petição de matrícula dirigida ao diretor da Escola.

Diferentemente das instituições similares do século XIX, a EAA não tinha como critério de admissão a orfandade ou a pobreza, mas praticamente restringiu-se às camadas pobres da sociedade. Segundo Coriolano de Medeiros, existia um certo preconceito da "comunidade" quanto à EAA, pois nada mais era que uma "*escola para meninos de ínfima classe*" e "*algumas professoras se sentiram apoucadas ante o oferecimento de um lugar na EAA*" (1940, p.4). Essas colocações mostram os aspectos mais exteriores, aparentes da questão, pois liga-se mais profundamente a uma divisão racional entre escola clássica e profissional, onde "*...a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais*" (Gramsci: s.d, p. 109).

Com relação as camadas populares não ocorreu a aceitação esperada pois, segundo Medeiros, "*os proletários, em maioria analfabetos, não se interessam pela educação da família*". E ainda que

"...sua ignorância não tolera que o filho deixe o alugado, a renda do dia presente, para adquirir um meio de vida cômodo e bem remunerado dependente, porém, de uma delonga de seis anos" (1940, p. 4).

Essas afirmações de um dos primeiros diretores da EAA, deixam transparecer o viés de sua ótica, quando aponta a "ignorância" e o desinteresse pela educação da família como determinantes da ausência, na Escola, dos filhos dos proletários.

Na verdade, as precárias condições de vida levam os pais a quererem para seus filhos uma profissionalização mais rápida, logo nos primeiros níveis de estudo, mas na maioria das vezes, a necessidade de colaboração dos filhos na complementação do orçamento familiar é tão premente que força a evasão da escola.

Além do curso diurno, foi instalado, em julho de 1918, o curso noturno de aperfeiçoamento, destinando-se aos operários analfabetos ou mesmo conhecedor dos rudimentos do curso primário.

Dentre as inúmeras dificuldades de implementação do curso noturno, destacava-se a rotatividade de professores, que alegavam problemas visuais pela insuficiência de iluminação e insatisfação pela baixa gratificação financeira.

A nova relação instaurada com o curso noturno, operário Escola, apresentou-se problemática e tumultuada, principalmente nas questões de disciplina em classe e programas do curso. Segundo Medeiros, as explicações para esta situação encontram-se no operário que "*traz para a escola as mesmas maneiras rudes do meio onde vive, encaixilhadas nas mais extravagantes e pretensiosas idéias*" (1940, p. 10). E justifica em parte a não acomodação dos operários aos programas e métodos da Escola, por serem estes os mesmos adotados para o alunado do curso diurno.

Um dos problemas enfrentados pela EAA diz respeito à evasão escolar em grau considerável, pois, de 1910 a 1930, dos alunos que se matriculavam cerca de 32% no curso diurno e 53% no noturno abandonaram a Escola. E quanto ao término do curso, os números são baixíssimos, cerca de 1 % em cada turno chegaram a concluir.

No curso noturno, após o pique dos primeiros quatro anos, a demanda apresentou uma escala descendente, demonstrando uma recuperação em 1930. Quanto ao curso

diurno, percebe-se um aumento substancial da demanda a partir de 1922, o que pode ser explicado pelo oferecimento regular de merenda e distribuição do fardamento escolar desta data em diante.

Uma questão importante que merece reflexão diz respeito aos fins da EAA. A finalidade seria capacitar operários para o mercado de trabalho como o Presidente Nilo Peçanha afirmou em sua Mensagem? Medeiros dá a entender que sim, apesar da Paraíba não ter capacidade de absorvê-los:

"A nossa metrópole não é um centro industrial. A maior parte de sua população se compõe de funcionários públicos, comerciantes e jornaleros. As poucas fábricas existentes, as pequenas indústrias não garantem um lugar para o aprendiz que conclui o curso; fatalmente, tem ele de emigrar, se quiser viver pela arte que aprendeu." (1940, p. 13).

Ou teria um caráter terminal, no sentido da formação de artesãos independentes, como a entrega de ferramentas ao fim do curso dá a entender? No Relatório de Medeiros encontramos a seguinte colocação:

"Como prêmio ou estímulo, estabeleceram que os aprendizes diplomados pela Escola, receberiam dinheiro e ferramenta para sua instalação. Dinheiro jamais se deu; e a ferramenta prometida e entregue nunca foi elemento de estímulo, pois, nesta Escola, tem-se visto alunos abandonarem os estudos três meses antes de os concluírem, para aceitarem as fitas de cabo de polícia." (1940, p. 29).

Com relação à instalação profissional do aprendiz de forma autônoma, a partir das ferramentas de fim de curso, era praticamente impossível, devido a pequena monta desse prêmio. Para um concluinte de alfaiataria, uma máquina de costura era primordial, e a EAA entregava apenas uma mesa, réguas, cabeço e tesoura de corte. Essa doação era proveniente da Associação Cooperativa e de Mutualidade, instalada na EAA desde 1912, cujos fundos dependiam de subvenção federal.

A partir dessas colocações, conclui-se que os formandos da EAA tinham diante de si dois caminhos a seguir: à fábrica como mão-de-obra com certa qualificação, ou a montagem de sua própria oficina. No caso da Paraíba, as perspectivas de trabalho, quer num sentido ou noutro, eram precárias, que dentre outros determinantes, explicam a evasão e o baixo índice de concluintes.

Entendemos que a criação e implantação das primeiras escolas profissionais no Brasil, como a de Aprendizes e Artífices da Paraíba, constituíram-se em elemento da ação modernizante do Estado, com as limitações inerentes ao seu caráter oligárquico, além de outros fatores.

Segundo Gramsci,

"...a multiplicação de tipos de escola profissional, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nessas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir um caráter democrático" (s.d. p. 126) (Grifo nosso).

É por isso que Gramsci se posiciona contra a multiplicação pura e simples de escolas profissionalizantes nos níveis elementar e médio, defendendo uma escola preparatória de tipo único nessas fases, para daí conduzir a uma formação profissional onde todo jovem independente do grupo social a que pertença, seja capaz de pensar, estudar, dirigir, etc, quebrando portanto, as tramas que perpetuam as diferenças sociais através da escola.

Outros aspectos ainda se destacam como os colocados por Luiz Antônio Cunha, em seu trabalho sobre o ensino profissional no Brasil, alertando para o caráter ideológico dessas primeiras escolas. Afirma que

"o discurso que as legitimava tinha dois conteúdos principais. Primeiro, o de ser o ensino profissional uma dádiva distribuída pelo Estado ou por pessoas caridosas aos desfavorecidos pela sorte. Segundo, um meio de produzir operários disciplinados, sem a 'tendência ao ócio e ao vício', dos operários estrangeiros." (1975, p. 7).

Nesse período da Primeira República, os resultados alcançados pela EAA na Paraíba não foram nada animadores e, provavelmente, a resistência dos alunos-operários às normas disciplinares da Escola também contribuiu para tal. No período seguinte, após a Revolução de 1930, o Curso noturno de aperfeiçoamento para operários chegou a fechar de 1931 a 1937.

Apesar da ausência de um estudo comparativo com as experiências das demais Escolas, supomos que os resultados devam ter sido diferenciados, dependendo da região em que se encontravam inseridas. De uma forma ou de outra, foram estas Escolas que serviram de base para o ensino técnico-profissional montado no pós-30, que de forma mais sistemática vão corresponder aos interesses do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba. Parahyba: Imp. Oficial, 1911.
- Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba. Parahyba: Imp. Oficial, 1914.
- BRITTO, Felisardo Toscano de. Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1º Vice-Presidente. 04.08.1865.
- CUNHA, Luiz Antônio. O SENAI e o Ensino Técnico e Profissional no Brasil. Paris: UNESCO/BIE, 1975.
- FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: s.e., 1962.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo: Global, 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. "Brasil na era do espetáculo: figuras de fábrica nos sertões". In *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. V.1. Fortaleza: Imp. Universitária, 1986.
- LEITE, José Jerônimo. Sinopse Histórica da ETEFPB: 1909-1979. João Pessoa: ETEFPB, 1979.
- MEDEIROS, José Rodrigues Coriolano de. Relatório Apresentado ao Sr. Diretor da Divisão de Ensino Industrial pelo Diretor da Escola de Aprendizizes e Artífices na Paraíba, Relativo ao Período Compreendido entre 05.01.1910 a 05.01.1940; Seguido de

Informações Sobre o Movimento da Mesma Escola e da Associação Cooperativa e de Mutualidade, no Ano de 1939. João Pessoa: Tip. da EAA, 1940.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba.** 2 ed. João Pessoa: Imp. Oficial, 1956.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola.** São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PECANHA, Nilo. **Mensagem Presidencial de 1910.** BRASIL. **Mensagens Presidenciais 1890-1910.** Brasília: Câmara do Deputados, 1978.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar.** Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.